



09 DE FEVEREIRO **quarta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E DE COBRE TRIPLICARÁ ATÉ 2030**
- **VOLVO VAI INVESTIR R\$ 75 MILHÕES EM CURITIBA**
- **SENADO APROVA MP QUE AMPLIA CRÉDITO AO SETOR ELÉTRICO**
- **EMPRESAS VÃO À JUSTIÇA PARA TER CÓPIA DE PROCESSO**
- **DEBATE PROPÕE MUDANÇA PONTUAL EM TRIBUTOS**
- **IGP-DI REGISTRA VARIAÇÃO DE 0,98% EM JANEIRO**
- **SAÍRAM OS ÍNDICES DE JANEIRO DO IPCA E INPC**
- **SERVIÇOS SÃO GRATUITOS E NÃO PRECISAM DE INTERMEDIÁRIOS**
- **EXPOSIÇÃO EVENTUAL NÃO GARANTE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**
- **OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA NA ÁREA TRABALHISTA**

Câmbio		
Em 09/02/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,675	1,667
Euro	2,271	2,273

Fonte: BACEN

PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E DE COBRE TRIPLICARÁ ATÉ 2030

09/02/2011- Gazeta do Povo

O próspero setor minerador brasileiro deve mais do que **triplicar sua produção** de minério de ferro, cobre e ouro até 2030, mas o país deveria estimular o processamento local desses materiais e estar atento à excessiva dependência da China, de acordo com o **Plano Nacional de Mineração** (PNM) 2030, lançado nesta terça-feira.

O abrangente projeto antevê **investimentos de cerca de 270 bilhões de dólares** nos próximos 20 anos, mas reforça a crescente preocupação de que a economia brasileira, muito dependente da exportação de matérias-primas, não estaria gerando tantos empregos quanto poderia, e estaria sujeita aos caprichos do gigante asiático.

"Está claro que há uma necessidade de mudança na gestão dos nossos recursos minerais", disse o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, no lançamento do plano em Brasília.

O documento diz que o Brasil está entrando numa fase de "especialização reversa", ou seja, com a **predominância da exportação** de matérias-primas em detrimento de bens de média e alta tecnologia.

O documento não cita exigências ou incentivos específicos para que as empresas agreguem valor aos seus produtos antes de exportá-los, mas projeta investimentos em torno de 170 bilhões de dólares na transformação de minerais até 2030.

Essa é a primeira atualização desde 1994 para a estratégia brasileira relacionada ao setor de mineração. Ela ocorre num momento em que o governo prepara uma **reforma do marco regulatório do setor**, o que pode incluir um aumento nos royalties relacionados à mineração, aproveitando a alta dos preços globais.

Nos últimos anos, o governo tem pressionado as mineradoras, particularmente a gigante Vale, a agregar mais valor a sua produção.

China

O documento também salienta a "preocupante" dependência do Brasil em relação à China, seu maior parceiro comercial, e acrescenta que o país deveria se empenhar em ampliar sua base de compradores, reduzindo assim sua exposição em caso de recuo econômico chinês.

"No longo prazo, o mercado de bens minerais está sujeito às oscilações, às vezes abruptas, dos ciclos de negócios. Isso revela a necessidade de diversificar tanto a produção quanto os mercados, especialmente no caso do minério de ferro", afirmou o documento.

A China importou em 2010 o equivalente a 12,2 bilhões de dólares em minério de ferro do Brasil. A exportação total de minério de ferro pelo país foi de 29 bilhões de dólares.

O relatório diz também que o alto custo da energia no Brasil pode reduzir a competitividade do país na produção de alumínio, que exige grandes quantidades de eletricidade, e eventualmente forçaria a nação a importar.

Paulo Camillo Pena, presidente da Ibram, entidade setorial da mineração, disse que o plano é um bom começo, mas que o Brasil precisa focar na melhora da infraestrutura, na redução de impostos e no treinamento de profissionais.

VOLVO VAI INVESTIR R\$ 75 MILHÕES EM CURITIBA

09/02/2011- Estado do Paraná

A montadora sueca Volvo investirá este ano no Brasil R\$ 75 milhões, sendo R\$ 50 milhões na construção de um novo centro de logística de peças em Curitiba, e os outros R\$ 25 milhões para passar a fabricar localmente caixas de câmbio e motores, peças hoje importadas da Suécia. A previsão é que o centro de logística, que terá 28,2 mil metros quadrados, entre em operação em 2012.

"O investimento para esse centro de logística é um investimento novo, fruto do forte crescimento do mercado brasileiro. Ele não estava previsto nos investimentos projetados para o triênio 2009-2011", afirmou o presidente da Volvo no Brasil, Roger Alm.

Segundo o executivo, os R\$ 25 milhões para a nacionalização das caixas de câmbio e dos motores 11 litros já eram previstos. O modelo de caixa de câmbio que será produzido localmente, chamado I-Shift, equipa hoje cerca de 60% dos caminhões comercializados e pode chegar a 90%.

Nilton Roeder, diretor de Powertrain da Volvo, disse que a produção dessas caixas de câmbio será feita em dois turnos para atender a demanda. "Serão produzidas 13 mil unidades por mês em cada turno", afirmou. Segundo ele, as vendas de caminhões da Volvo no ano passado cresceram cerca de 80% e devem continuar a aumentar neste ano. A estimativa da Volvo é que o mercado de caminhões no Brasil cresça este ano entre 5% e 10% e que as vendas da empresa cresçam um pouco acima desses patamares.

Obras

O início das obras, que ainda depende de licença ambiental, está previsto para abril, com o começo das operações no último trimestre de 2012, informou Paulo Ricardo

Turci, responsável pela divisão de peças na América do Sul. Segundo ele, o novo centro vai duplicar a capacidade de armazenamento para 264 mil metros cúbicos. Com a finalização desse projeto, será fechada uma unidade de estoque de peças localizada fora do complexo.

O investimento no centro de distribuição, diferentemente da montagem da caixa de câmbio, não está dentro do programa de investimentos de US\$ 250 milhões em três anos, a ser finalizado em 2011.

Nos últimos dois anos, o Brasil foi o maior mercado no segmento de caminhões entre as operações globais da Volvo. A montadora mordeu 15% do mercado brasileiro de caminhões pesados no ano passado e sua filial brasileira teve faturamento de R\$ 6,8 bilhões, incluindo receitas com exportações. Em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da Volvo no Brasil, Roger Alm, preferiu não traçar muitos números para 2011, mas adiantou que o ano começou com vendas aquecidas. "Começou muito bem. Tivemos um início de ano muito bom", afirmou. O executivo acrescentou que a montadora está preparada para crescer acima do mercado.

Só em janeiro, a Volvo contratou 170 funcionários, sendo que boa parte será absorvida com o início do terceiro turno da linha de cabines, previsto para este mês. Como informou a empresa, a nova linha de caixas de câmbio deve começar as operações com dois turnos de trabalho, com 13 mil unidades produzidas ao ano em cada um deles.

SENADO APROVA MP QUE AMPLIA CRÉDITO AO SETOR ELÉTRICO

09/02/2011- Estado do Paraná

O plenário do Senado aprovou hoje a Medida Provisória 501/10, que amplia o volume de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor elétrico. Como houve alterações no texto aprovado pelos deputados, a matéria retorna à Câmara. Ela precisa ser analisada novamente até a próxima semana, porque perde a eficácia na próxima terça-feira.

A MP aumentou em R\$ 90 bilhões o limite de financiamento do BNDES ao setor elétrico, elevando-o para R\$ 134 bilhões. A oposição apresentou um destaque contra a ampliação do crédito, mas o recurso foi rejeitado. O projeto também elevou o limite de crédito aos estudantes que dependem do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

A oposição também tinha interesse na aprovação de outros pontos da Medida Provisória, que repassou R\$ 1,9 bilhão da Lei Kandir aos Estados, a fim de compensá-los pelas perdas com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas exportações.

Por acordo com a oposição, o relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), excluiu os dispositivos que autorizavam a criação de subsidiárias da Eletrobras. Para o PSDB e DEM, a criação das novas estatais seria utilizada pelo governo para "cabides de empregos".

09/02/2011- Valor Econômico

As empresas que se sentem prejudicadas por não ter acesso integral aos processos administrativos que correm nas agências reguladoras têm recorrido ao Judiciário sob o argumento de violação à ampla defesa. Uma liminar concedida pela 2ª Vara Federal do Distrito Federal (DF) obrigou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a disponibilizar o inteiro teor de um processo sofrido pela Fersol Indústria e Comércio. A decisão da Anvisa proibiu a empresa de produzir e comercializar o agrotóxico Metamidofós, por entender que seria nocivo à saúde. A agência, porém, não permitiu que a empresa visse os estudos que embasaram a decisão.

A Anvisa argumentou que os estudos anexados ao processo estariam protegidos pela Lei dos Direitos Autorais, por isso não seria possível fornecê-los à empresa. O juiz José Marcio da Silveira e Silva, que concedeu a liminar, entendeu que a pesquisa não foi publicada, mas elaborada em atendimento a requerimento da própria Anvisa para subsidiar o processo. "Assim, não teria como obtê-los (estudos) em livros ou bibliotecas. Diante disso, a vedação à cópia desses estudos representaria verdadeira obstrução à ampla defesa".

O magistrado ainda afirma que não há violação ao direito autoral, pois o artigo 46 da Lei nº 9.610, de 1998, estabelece que "não constitui ofensa aos direitos autorais a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa".

Diante da liminar, a Anvisa entrou com um pedido de reconsideração, o que foi negado pelo mesmo juiz. A assessoria de imprensa da Anvisa informou por meio de nota que, em razão de decisão judicial, já disponibilizou cópia desses estudos. O órgão afirma, porém, que "os documentos sigilosos aos quais a empresa alega não ter acesso, na realidade, são estudos publicados em revistas científicas". Segundo o advogado Cristiano Zanin Martins, do Teixeira, Martins Advogados, que defendeu a Fersol, a Anvisa já disponibilizou o processo, porém, teriam faltado documentos, o que seria informado ao juiz da causa.

Esse caso não é isolado. Segundo Martins, há um grande contencioso dentro das agências reguladoras em geral, pois muitas delas negam acesso ao inteiro teor do processo administrativo, obrigando as empresas a se manifestarem apenas com base em ofícios recebidos. "Negar acesso aos documentos é o mesmo que impedir o exercício do direito de recorrer". O professor da USP, especialista em direito concorrencial e regulatório, Juliano Maranhão, sócio do Sampaio Ferraz Advogados, também concorda que o tema tem sido recorrente no Judiciário. "No Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por exemplo, há muitas informações de empresas concorrentes nos processos que são sigilosas".

A Justiça também foi favorável a Neonet Brasil ao determinar que a Infraero disponibilizasse, antes do julgamento, a íntegra do processo administrativo. A decisão, de outubro de 2010, é da 9ª Vara Federal do Distrito Federal. A companhia, também assessorada por Martins, afirmou só ter conhecimento um dia antes que seu processo administrativo seria julgado, sem que tivesse tido vista dos autos e a garantia de

participação da sessão. A assessoria de imprensa da Infraero informou que a empresa em questão teve pleno acesso ao processo administrativo.

Decisões sobre o tema, porém, nem sempre são favoráveis às empresas. A Volo Brasil, por exemplo, entrou com um mandado de segurança contra a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em 2006. Ao analisar a situação, a 4ª Vara Federal de Brasília negou a liminar sob o fundamento de que a decisão poderia ser apreciada de forma mais geral. No entanto, segundo Martins, que também defendeu a Volo, a própria Anac decidiu apresentar as cópias do processo em razão da ação. A documentação deu novos subsídios para contestar a decisão da agência, de acordo com o advogado.

DEBATE PROPÕE MUDANÇA PONTUAL EM TRIBUTOS

09/02/2011- Agência CNI

Brasília – O economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, dois parlamentares da oposição e dois da base do governo consideraram improvável, em debate na [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), nesta terça-feira, 8 de fevereiro, a aprovação da reforma tributária no governo recém-iniciado. Defenderam, porém, medidas específicas de redução de impostos.

O consenso ocorreu em seminário promovido pela CNI para elaborar a Agenda Legislativa da Indústria de 2011, que relaciona os projetos de interesse da indústria em tramitação no Congresso Nacional, com a posição do setor sobre eles, um por um. O seminário reúne até esta quarta-feira, 9 de fevereiro, na CNI, mais de 200 dirigentes e técnicos das federações estaduais das indústrias e das associações nacionais setoriais.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, abriu o encontro ressaltando que a Agenda Legislativa da Indústria, que completa em 2011 a 16ª edição anual, unifica as posições de todos os segmentos industriais sobre as propostas em análise no Congresso que elevam a competitividade das empresas ou, ao contrário, podem retardá-la. “O trabalho da CNI junto aos parlamentares, tanto no Congresso quanto nas suas bases, contribui para o desenvolvimento do país”, declarou.

PRÓXIMA DO ZERO – “É pouco provável que haja grandes reformas no governo que acaba de começar. A possibilidade de uma reforma tributária está próxima do zero”, avaliou Mailson da Nóbrega. Alinhou como dois grandes empecilhos para a reforma tributária a oposição dos governadores à substituição do ICMS, cuja legislação classificou como totalmente caótica, e a necessidade de uma forte liderança política para conduzir a votação no Congresso.

Na opinião do ex-ministro da Fazenda, a saída ideal para a reforma tributária é a criação do IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, “uma coisa ousada” no Brasil, segundo ele, que substituiria vários impostos sobre o consumo, incluindo o ICMS, e está prevista em projeto apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

O deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), um dos quatro parlamentares que participaram do debate na CNI, ao lado dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) e do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), disse

aprovar a criação do IVA. Defendeu, contudo, a necessidade de um período de transição até a vigência do novo imposto, com o que concordaram Mailson da Nóbrega e o senador Delcídio Amaral. "Não vamos inventar a roda, mas podemos votar medidas pontuais, como a desoneração dos investimentos", enfatizou Amaral.

Aloysio Nunes criticou o governo pela falta de uma pauta legislativa explícita neste início de nova legislatura. "Há um vazio político, com medidas provisórias trancando a pauta do Congresso. Se houver um propósito claro do governo, é possível, sim, votar uma reforma tributária, independente das opções partidárias. A presidente Dilma Rousseff precisa aproveitar os primeiros 100 dias de governo para propor ao Legislativo medidas ousadas", sugeriu.

Leonardo Quintão considerou tão importante quanto a reforma tributária a reforma política, que, na sua visão, deveria incluir a coincidência das eleições de cinco em cinco anos, "de presidente da República a vereador". De acordo com o deputado mineiro, "eleições a cada dois anos, como hoje, geram altos custos e são desnecessárias num país de instituições consolidadas".

IGP-DI REGISTRA VARIAÇÃO DE 0,98% EM JANEIRO

09/02/2011- Notas COAD

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,98% em janeiro de 2011, taxa superior à registrada em dezembro de 2010, de 0,38%. Os três componentes do IGP-DI apresentaram as seguintes trajetórias na passagem de dezembro para janeiro: IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo), de 0,21% para 0,96%, IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de 0,72% para 1,27%, e INCC (Índice Nacional de Construção Civil), de 0,67% para 0,41%.

SAÍRAM OS ÍNDICES DE JANEIRO DO IPCA E INPC

09/02/2011- Notas COAD

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês de janeiro em 0,83%. Com esse resultado, o acumulado nos últimos 12 meses está em 5,99%. Em dezembro o índice havia sido de 0,63%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de janeiro em 0,94%. Com esse resultado, o acumulado nos últimos 12 meses está em 6,53%. Em dezembro esse índice havia sido de 0,60%.

SERVIÇOS SÃO GRATUITOS E NÃO PRECISAM DE INTERMEDIÁRIOS

09/02/2011- Notas COAD

O trabalhador não precisa de intermediários para evitar filas ou agilizar pedidos de aposentadorias, pensão ou auxílios nas agências da Previdência Social. Hoje, o trabalhador pode entrar em contato com a Central de Teletendimento da Previdência,

pelo número 135, ou acessar a internet (www.previdencia.gov.br), para marcar hora para ser atendido em uma agência da Previdência Social.

Pela Central Telefônica ou pela internet, o trabalhador pode agendar data e horário para dar entrada em aposentadoria, auxílio-doença, pensão, salário-maternidade, além de pedidos de reconsideração e de prorrogação do auxílio-doença, entre outros serviços. Também pode obter todas as informações necessárias para o requerimento do benefício e fazer sua inscrição como contribuinte.

EXPOSIÇÃO EVENTUAL NÃO GARANTE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

09/02/2011- Notas COAD

Trabalhar em prédio onde há armazenamento de material inflamável não garante ao empregado o recebimento de adicional de periculosidade. Se ficar comprovado, por exemplo, que a exposição ao risco é eventual, o empregador está isento do pagamento do adicional.

Foi o que aconteceu no caso do recurso de embargos que chegou à Seção I de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. Ex-empregados da empresa IGL Industrial pleiteavam o adicional, mas o colegiado rejeitou o recurso com fundamento no voto do relator, ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

O relator observou que o Tribunal do Trabalho de Campinas (15ª Região), com base em provas, negara o adicional de periculosidade aos empregados com o entendimento de que a exposição ao risco era "totalmente eventual".

Os trabalhadores, por outro lado, insistiram na tese de que tinham direito ao adicional, na medida em que prestavam serviço em local onde havia armazenamento de material inflamável. A Oitava Turma do TST nem analisou o mérito do recurso de revista, pois seria necessário reexaminar as provas e os fatos já apreciados pelo Regional para concluir de forma diferente – o que é vedado nessa instância.

Na SDI-1, os empregados também não conseguiram a reforma da decisão do Regional. O relator, ministro Aloysio Corrêa, esclareceu que, apesar do reconhecimento do TRT de que no prédio onde os empregados trabalhavam havia armazenamento de material inflamável, na prática, o que ocorria era a mera passagem com lixo em área de risco (no setor de fabricação de desodorante).

De qualquer modo, afirmou o relator, os exemplos de decisões apresentados pela defesa dos trabalhadores não trataram de exposição eventual ao risco (hipótese em discussão), mas sim sobre o pagamento de adicional de periculosidade para trabalhador em prédio contendo tanque de armazenamento de combustível.

Assim, como a parte não demonstrou a existência de conflito de jurisprudência com a decisão da Oitava Turma para permitir o exame dos embargos pela SDI-1, por unanimidade, os ministros não conheceram do recurso. ([E-ED-ED-RR-67600-93.2000.5.15.0002](#))

NÃO HÁ ESPAÇO PARA SALÁRIO MÍNIMO ACIMA DE R\$ 545

09/02/2011- Notas COAD

O secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, afirmou hoje (8) que não há espaço para um aumento do salário mínimo acima dos R\$ 545 propostos pelo governo, como pedem as centrais sindicais. "Na questão do mínimo, nós entendemos que não há mais negociação", disse ele. "O acordo é bom, esperamos, até a última hora, trabalhar isso."

Gilberto Carvalho participou hoje de uma mesa de discussões sobre a cooperação Sul-Sul no seminário Pensar Adiante: A Caminho do Novo Paradigma de Desenvolvimento, da Fundação Friedrich Ebert, no Fórum Social Mundial, que está sendo realizado na capital senegalesa.

O ministro defendeu a posição brasileira de optar pela diversificação de mercados, iniciada no governo Lula. "Países que apostaram na cooperação Sul-Sul estão numa situação nitidamente melhor do que os que se submeteram a tratados individuais."

OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA NA ÁREA TRABALHISTA

09/02/2011- Valor Econômico

Empresas perdem no mercado internacional com a não flexibilização de regras.

José Eduardo Pastore

Colaborou Riva Vaz

04/02/2011

Jornal Valor Econômico

Todos estão esperando o que o governo Dilma vai fazer no campo das relações do trabalho. Este assunto, no entanto, precisa ser analisado sob o ponto de vista político e técnico.

Com a permanência de Carlos Lupi no Ministério do Trabalho, algumas respostas já podem ser deduzidas. Ele é radicalmente contra qualquer flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pois entende isso como sinônimo de precarização, o que não é verdade.

Lupi não quer mudar nada na CLT, a não ser que a alteração venha beneficiar e não prejudicar os trabalhadores, o que, em tese, é desejável. Mas, a realidade impõe olhar para essa questão de forma diferente e mais abrangente.

A interpretação do termo flexibilização, no sentido de quem ganha e quem perde, depende daquele que o analisa. Mais precisamente do que o interlocutor entende o que vem a ser "perder" e "ganhar", no contexto de mudanças no campo trabalhista.

Atualmente, quem está perdendo e muito, com a falta de flexibilidade, são as empresas brasileiras que têm de competir e arcar com o custo da contratação de mão de obra no Brasil, que chega a 102%. Quando as empresas brasileiras concorrem com outras no mercado externo, sua competitividade diminui por conta desse custo exorbitante. Isto é um fato.

É crescente o número de companhias brasileiras que abrem instalações na Ásia e exportam para o Brasil

Economia aquecida não significa vida fácil para os empresários brasileiros. É um erro acreditar que todos estão ganhando com o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano.

Com isso, os próprios trabalhadores são prejudicados coletivamente porque quando uma organização deixa de empregar ou demite por conta do alto custo, todos perdem.

Quanto ao sentido do vocábulo "ganhar", como sinônimo de flexibilização, tudo depende também do ponto de vista. Ganhar, por exemplo, para o trabalhador que está empregado, é manter tudo como está, visto que usufrui todos os direitos da CLT. Para ele, provavelmente, não é necessário flexibilizar nada. Até aí, tudo bem.

Porém, as empresas no Brasil estão encontrando cada vez mais dificuldades de competir no mercado global dentro de uma legislação trabalhista complexa e rígida como a nossa. É verdade que estão contratando, mas também é verdade que estão perdendo espaço para a concorrência, principalmente a externa, o que é um paradoxo. Este é outro fato.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já está há muito tempo alertando sobre o fenômeno da desindustrialização, o que é muito grave. Desindustrialização é a morte da empresa, que pode ser súbita ou agonizante.

Um dos exemplos mais devastadores dessa realidade é o número de empresas brasileiras que estão sendo obrigadas a abrir novas unidades, mas na China, deixando milhares de chineses felizes e outros milhares de brasileiros desesperados. A fábrica de brinquedos Estrela já está lá e, por mais incrível que pareça, vendendo aqui para os consumidores brasileiros. O mesmo fez a Vulcabrás Azaleia. No mês passado, a Philips fechou sua fábrica de lâmpadas automotivas no Recife e foi para a Ásia. A empresa americana Novelis fechou sua fábrica em Aratu, região metropolitana de Salvador, e também foi para a China. Os exemplos são muitos.

Portanto, o vocábulo "ganhar", com a não flexibilização das normas trabalhistas brasileiras, defendido por Carlos Lupi, pode ser interpretado somente pró-orientado.

A questão técnica da flexibilização está atrelada à política. A presidente Dilma prometeu reduzir os custos do setor produtivo, muito embora não tenha falado propriamente em flexibilização da CLT, para não desagradar os sindicatos que ajudaram a elegê-la. Essa é uma dívida cara, que a presidente Dilma vai ter de pagar.

Porém, ela já deu ordem à sua equipe para que, até o fim do primeiro semestre deste ano, apresente uma proposta de redução previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas, hoje na faixa de 20%. Ainda que tímido, pode ser um começo. Mas, a coisa não vai ser fácil. Não há mágica nessa conta.

Para cada um ponto percentual, retira-se R\$ 4 bilhões da Previdência. Dá para imaginar o que significa para a Previdência Social ter de abrir mão de qualquer valor de contribuição, com um rombo de R\$ 90 bilhões? Talvez o ministro do Trabalho fique contente em não ter de flexibilizar nada da CLT, mas quem vai ficar bravo será o ministro da Previdência Social. Como pode-se verificar, a coisa não é fácil.

A boa notícia é que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai enviar para o Congresso um projeto de lei de flexibilização da CLT, entendendo, depois de muitos anos de resistência, que é a realidade que impõe seus direitos e não os direitos que se sobrepõem à realidade.

Aliás, essa é uma premissa reinante no mundo jurídico. Existe uma máxima que diz que, quando a realidade ignora o Direito, o Direito ignora a realidade. Isso vale, principalmente, para o Direito do Trabalho que está intimamente atrelado à economia. O Direito do Trabalho possui identidade sócio-econômica.

Agora, o que se espera é que a proposta da CUT não seja da flexibilização irreal em que, em tese, se negocia tudo, desde que não sejam os direitos do artigo 7º da Constituição Federal.

Uma proposta real de flexibilização é a que altera exatamente o artigo sétimo, que garante os direitos mínimos ao trabalhador. Tudo poderia ser negociado, o que não ocorre hoje porque não existe previsão constitucional, tais como o parcelamento ou mesmo o não pagamento do Fundo de Garantia, Seguro Desemprego, 13º salário e férias, quando a empresa está em crise, desde que por meio de negociação coletiva. São posturas que seguem aquilo que o professor José Pastore já sugere há muito tempo, de que o negociado prevaleça sobre o legislado. Aí sim, poderíamos acreditar que o governo Dilma irá avançar em matéria trabalhista. É esperar para ver.

José Eduardo Pastore é advogado trabalhista empresarial da Pastore Advogados. Membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Com colaboração de Riva Vaz de Oliveira, sócia da Pastore Advogados.